SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/05/2015 - Sinttel - ES

Telefonistas que prestam serviços para a Caixa Econômica estão sem receber os salários

As telefonistas que prestam serviços para a Caixa Econômica Federal, através da empresa Sandes e que atuam em todo o estado, estão sem receber os salários do mês de abril que deveria ter sido pago até às 16:00 horas do dia 08/05, conforme prevê a Convenção Coletiva.

Tentamos contato com os responsáveis pela empresa, que ficam na Bahia, e ninguém soube dar maiores explicações. A única resposta que recebemos é que os responsáveis, saíram e ainda não retornaram ou que ainda não chegaram à empresa, nesta segunda-feira.

Já acionamos o departamento Jurídico para que tome as providencias cabíveis, pois existe previsão de multas a serem pagas pelas empresas em caso de descumprimento de Clausulas da Convenção Coletiva. Estaremos acionando, também, a Caixa Econômica que é a contratante da Sandes.

O Sinttel-es não recebeu nenhum comunicado da Sandes sobre esta situação, e muito menos a Sandes deu alguma satisfação aos trabalhadores sobre um possível problema que poderia gerar este atraso.

Já cobramos da Sandes uma solução e esperamos que até o final do dia ela cumpra coma sua obrigação de pagar os salários dos trabalhadores que não podem ficar de bolsos vazios.

SINTTEL·ES

FENATTEL CUT BRASIL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINTTEL-ES – Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações; Telefonia Móvel; Centros de Atendimento; Call Centers; Transmissão de Dados e Serviços da Internet; Serviços Troncalizados de Comunicação; Rádio Chamadas; Telemarketing; Projeto, Construção, Instalação, Manutenção e Operação de Equipamentos e Meios Físicos de Transmissão de Sinal; Similares e Operadores de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo **convoca todos/as trabalhadores/as que trabalhem como Operadores/as Telefonistas, Operadores/as de Telemarketing e de Teleatendimento, Operadores/as de Rádio Chamadas, Rádio Operadores bilíngues e Telefonistas bilíngues empregados/as nas empresas prestadoras de serviços,** vinculadas ou representadas pelo **SEACES** - Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado do Espírito Santo para **participarem da Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 13 de maio de 2015, na sede do Sinttel-ES, situado na Rua Barão de Monjardim, 251 – Centro – Vitória – ES em 3 (três) sessões sendo a primeira às 10:00 horas, a segunda 16:30 horas e a terceira e última às 18:00 horas,** respeitando-se os quóruns legais e estatutários, para debaterem e deliberarem sobre a **seguinte ordem do dia: a) Discutir** e deliberar sobre a proposta negociada com as empresas para renovação da Convenção Coletiva de Trabalho 2015-2017 e **b) Assuntos** gerais.

Vitória, 11 de maio de 2015

Nilson Hoffmann - Presidente – SINTTEL-ES

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

08/05/2015 - Teletime

Tostes, da TIM, afirma que Brasil não precisa de consolidação

A TIM não está pensando em consolidação, não vê que o mercado precise disso. Tem muitas coisas para acontecer antes que isso seja necessário. A afirmação é do diretor de Relações com Investidores da operadora, Rogério Tostes, que nesta sexta-feira, 8, falou para uma plateia de analistas de investimentos de mercado de capitais, a convite da Apimec, associação que reúne esses profissionais. "Nosso desafio é com a base de usuários", resumiu.

Para Tostes, o setor como está é sustentável a médio e longo prazo. "O tamanho do Brasil é continental, tem 280 milhões de linhas e não precisa de uma consolidação para ter sobreviventes", disse. Na sua avaliação, o tráfego crescente de dados também dá espaço para que todas as operadoras cresçam. No entanto, ele acredita que os rumores sobre venda ou compra entre a TIM e a Oi vão continuar.

O diretor de RI da TIM disse que um acordo industrial com a Oi está descartado no presente. Ele cita que a concessionária brasileira tem bons ativos e infraestrutura significativa, porém detém um passivo considerável e contingências. "Nosso desafio é aplicar com eficiência o Capex significativo da companhia para os próximos três anos, de R$ 14 bilhões, que é maior do que a receita de muitas empresas", afirmou.

VU-M

Tostes falou também sobre o impacto negativo da redução da VU-M na receita da TIM. Segundo ele, no início, a receita ficou exposta em mais de um terço. No último ano, o impacto foi em 10% e; daqui a um ano ou pouco mais, a expectativa é de que apenas meio dígito seja atingido. "A receita de dados está crescendo cada vez mais e deve compensar essas perdas", assegurou. Para ele, a boa notícia sobre a redução da VU-M é de que ela vai passar.

08/05/2015 - Teletime

TCU aprova novo preço mínimo de R$ 27 milhões para leilão de satélites

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou o preço mínimo do leilão para outorga de exploração de satélites, depois que a Anatel concordou em aumentar o primeiro lance para R$ 27 milhões. O valor proposto pela agência foi de R$ 22,5 milhões, calculado pelo método do valor presente do fluxo de caixa descontado, a fim de determinar o preço mínimo de cada um dos quatro direitos de exploração de satélite a serem licitados no dia 26 deste mês.

As alterações propostas pelo TCU representaram um aumento de 20% no preço mínimo previsto inicialmente pela Anatel em cada um dos lotes, resultando em um aumento total do certame de R$ 18,2 milhões considerando as quatro etapas da licitação, que passou a ser de R$ 108,3 milhões, sem considerar possíveis ágios.

De acordo com o Tribunal, o valor do preço mínimo de cada posição orbital aumentou de R$ 12,2 milhões, utilizado no leilão de 2014, para R$ 27 milhões. "Atribui-se esta diferença principalmente ao acréscimo de mais dados do setor e à atualização dos valores empregados", sustenta a análise do TCU. Os valores pagos pelas posições orbitais na última licitação variaram entre R$ 26,8 milhões e R$ 65 milhões.

O relator do processo, ministro Bruno Dantas, recomendou a aprovação do primeiro estágio da licitação. Os próximos passos serão os exames da pré-qualificação, do edital e da minuta dos contratos. Em seguida, serão feitas as análises da habilitação e do julgamento das propostas e do ato de outorga e dos contratos assinados.

As empresas interessadas em participar da licitação terão que apresentar os documentos de identificação, as propostas de preço e a documentação de habilitação no dia 19 de maio de 2015, às 10h, no auditório situado no 2º andar do Bloco E, Quadra 6, Setor de Autarquias Sul, em Brasília.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

08/05/2015 - Teletime

Telecom Italia observa queda na receita e no lucro no 1T15

Assim como a TIM Brasil, a Telecom Italia mostrou queda em receita e lucro no primeiro trimestre de 2015, mas com avanço na migração da base móvel para o consumo de dados. Segundo a companhia afirma no balanço financeiro divulgado nesta sexta, 8, os resultados "confirmam a reviravolta" no mercado doméstico, que mostrou declínio sequencial menor do que nos trimestres anteriores "graças à atenuação da dinâmica da contração de serviços tradicionais e do desenvolvimento de serviços inovadores". Em destaque, o segmento móvel, que conseguiu reter o ARPU, e na banda larga fixa, com aumento do ARPU em consumidores ADSL.

A receita do grupo ficou em 5,053 bilhões de euros, queda de 2,6% no comparativo anual. Já a receita operacional caiu 3,1%, total de 5,106 bilhões de euros. O lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização (EBTIDA) fechou o período em 2,031 bilhões de euros, recuo de 7,7%. A margem EBTIDA caiu 3,8 pontos percentuais e ficou em 44,3%.

Considerando o lucro de operações continuadas, houve queda de 62%, totalizando 89 milhões de euros. Considerando as operações descontinuadas, a companhia mostrou queda menor, de 29,7%, somando 258 milhões de euros no período.

O Capex do grupo acumulou 1 bilhão de euros, aumento de 40,7%. Desse total, 700 milhões de euros foram para o mercado doméstico (aumento de 37,1%), e 300 milhões de euros para a operação no Brasil (crescimento de 50,7%). A companhia promete maior eficiência operacional nos investimentos, ressaltando também a destinação de 50% do montante na Itália para o "Capex Inovador", ou seja, investimento em infraestrutura para dados, como redes de próxima geração (NGN) e LTE. A companhia conta agora com mais de 80% da população italiana coberta com 4G, e 32% com fibra (com 316 mil acessos em abril). "No Brasil, estamos organicamente atualizando nossa base para usuários de dados, segmento que cresceu 41% abastecido pelo 4G", ressaltou o CEO da Telecom Italia, Marco Patuano, durante teleconferência com analistas.

A dívida líquida ajustada da companhia aumentou 2,96% em comparação com o trimestre imediatamente anterior, chegando ao final de março com 27,430 bilhões de euros. No comparativo com o mesmo período de 2014, houve queda de 0,36%.

Brasil

A receita da operação brasileira registrou uma queda de 3,3% no comparativo em real, e 2,76% se considerada a moeda europeia (utilizando a taxa de R$ 3,22 por euro) , resultando em 1,411 bilhão de euros. O EBTIDA aumentou 2,22% (1,6% em reais), totalizando 415 milhões de euros.

A companhia cita "deterioração do cenário macroeconômico" do mercado brasileiro, ressaltando que a TIM conseguiu estabilizar o market share no segmento móvel, aumentando "significativamente" a base pós-paga, apesar da tendência de queda na receita de serviços tradicionais de voz e SMS.

IPO de torres

A Telecom Italia confirmou ainda a ideia de realizar a abertura de capital da subsidiária Inwit, companhia de torres italiana que tem o grupo como maior contratante. Segundo explica Patuano, trata-se de uma "alocação de capital mais eficiente", com a ideia de "participar da tendência de consolidação do setor (de torres de telecomunicações)". A ideia é que a TI fique como acionista minoritária da companhia, que conta com 11,5 mil sites. A transação, que deverá ser concluída já na metade do ano, teria valor de 730 milhões de euros, de acordo com a agência de notícias Bloomberg em abril. O IPO foi anunciado originalmente em março.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

10/05/2015 - Rede Brasil Atual

Hipocrisia não combate violência

Se a redução da maioridade penal for aprovada, as expectativas de oportunidades – fundamentais para a cultura de paz – serão ainda mais frágeis

José Ferreira tem 26 anos. Trabalha desde os 17, hoje como operador de estacionamento em Interlagos, na zona sul de São Paulo, região onde também vive com a atual mulher e a enteada de 7 anos; o filho de 6, do primeiro casamento, mora em Minas Gerais. "Vou voltar a estudar e a fazer faculdade. O trabalho e o amor da família fazem o homem crescer", acredita. Sua vida é a de cidadão comum, mas já esteve muito perto de não ser. Há dez anos, "levado por um impulso", com um grupo de amigos da mesma idade, cometeu um ato infracional e foi apreendido. Sentença: oito meses de liberdade assistida, cumpridos no Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca), de sua região.

"Esse período teve importância fundamental na minha vida. Eu estava iludido com o poder da criminalidade. Ali percebi do que sou capaz e onde eu posso chegar. Muitos jovens chegam ali sem apoio da família e da sociedade e se sentem úteis somente para o crime", relata Ferreira. Ele não tem dúvida sobre a necessidade de pagar pelos erros. "Tem que ter punição sim, não importa a idade. Mas só punir não resolve. O jovem precisa ver que o mundo é mais. Tem de ter perspectiva e oportunidade."

No período da medida, ele teve acesso a atendimento psicológico, atividades culturais e a uma série de cursos, entre os quais de vidraceiro, oferecido pela União Brasileira de Vidros, e de auxiliar administrativo, pelo Senai. Também participou de reuniões e debates com finalidades terapêuticas. "Passei a ver a vida de forma diferente. Percebi o meu potencial", afirma. Dali em diante, tomou novo rumo. Mas seu destino poderia ser outro se tivesse ido parar em uma prisão de adultos.

Precariedade

Em todo o país, 89% dos centros de medida socioeducativa têm parcerias com escolas. Mas 38% desses centros não conseguem acordos para oferecer cursos profissionalizantes aos jovens e 76% não têm apoio psicopedagógico, segundo estudo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 2012.

O pintor Elias Gonçalves de Oliveira, de 43 anos, sabe o que isso quer dizer. Hoje é casado, tem um filho de 11 anos e trabalha como autônomo, "sempre que aparece alguma coisa". Parou de estudar aos 15 para trabalhar na feira e, aos 19, "quis aproveitar uma oportunidade de fazer uma grana". Ficou quatro anos preso. "Inferno. Perdi a conta de quantas vezes dormi sentado, ou não dormi, porque nem para sentar dava. Tensão todo dia, muita treta. Tinha muito pouco o que fazer, fiz um curso de panificação que não serviu para nada", resume.

Depois de cumprir a pena, Elias percebeu que a punição não estava encerrada. "O sistema prisional é que nem uma chaga. Nunca sai de você. Toda vez que procurar trabalho, precisar de um documento, vão te olhar como bandido." Emprego não encontrou mais. Desistiam dele, assim que pediam atestado de antecedentes, até que ele próprio passou a desistir. Após um ano e meio sem trabalho, voltou ao crime. E novamente foi detido. Mais três anos e meio de reclusão. "Achei que a vida estava perdida."

Ao sair, reencontrou a madrinha que não via havia uma década. Foi morar em outro bairro com ela e conseguiu um trabalho como ajudante em um mercado local. Fez amizade com um pintor e aprendeu a profissão. "É só com Deus. O sistema não te deixa brecha. Se cair acabou. Só se aparecer um anjo", diz, em referência à madrinha.

O rumo encontrado por José Ferreira depois de oito meses de medida socioeducativa poderia ter-lhe custado dez anos de vida, como custou a Elias, se a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos já estivesse em vigência. Ou poderia não ter sido encontrado jamais, porque nunca se sabe o que o sujeito vai virar numa penitenciária convencional, à mercê do crime organizado, do preconceito, sem oportunidade de estudar, de se capacitar profissionalmente e de buscar um lugar no mercado de trabalho com a "ficha limpa".

Leia mais em:
http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/106/hipocrisia-nao-combate-violencia-140.html

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

10/05/2015 - Rede Brasil Atual

Jornal Nacional atua como assessor de imprensa de Eduardo Cunha

Presidente da Câmara é acusado de arquitetar requerimentos de informações sobre empresa contratada pela Petrobras que teriam sido feitos como forma forçar pagamento de propinas; jornal 'esconde' a notícia

Um dos fatos jornalísticos importantes na quarta-feira (6) foi o cumprimento de um mandado de busca e apreensão no gabinete do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). A diligência foi pedida pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e autorizada pelo ministro do STF Teori Zavascki, dentro do inquérito que investiga o suposto envolvimento de Cunha na Operação Lava Jato.

Cunha esta sendo acusado de ter arquitetado a elaboração de dois requerimentos de informações sobre uma empresa contratada pela Petrobras que, segundo delação do doleiro Alberto Youssef, teriam sido feitos como forma de pressão para o pagamento de propinas. Os pedidos foram apresentados na Câmara em 2011 pela hoje prefeita de Rio Bonito (RJ), Solange Pereira de Almeida, na época suplente de deputado. Mas registros eletrônicos mostram Cunha como autor desses requerimentos.

Durante delação premiada, o doleiro Alberto Youssef afirmou que Cunha receberia propinas sobre um contrato de aluguel de navio-plataforma das empresas Samsung e Mitsui com a Petrobras. Disse que quem intermediaria o pagamento ao PMDB seria Júlio Camargo, representante das empresas. E que as empresas suspenderam o pagamento da comissão a Camargo, o que interrompeu os pagamentos ao PMDB. Youssef disse que Eduardo Cunha pediu "a uma comissão do Congresso para questionar tudo sobre a empresa Toyo, Mitsui e sobre Camargo, Samsung e suas relações com a Petrobras, cobrando contratos e outras questões (...) este pedido à Petrobras foi feito por intermédio de dois deputados do PMDB". Segundo o doleiro, seria para fazer pressão sobre as empresas para retomar os pagamentos.

O que reforçou as suspeitas do Ministério Público Federal foi o fato de que os requerimentos mencionados por Youssef de fato foram apresentados na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara por Solange Almeida. Ela assumiu ser a autora do requerimento, mas demonstrou não dominar o assunto, parecendo não ser ela a mentora do requerimento. Tanto Solange como Cunha admitiram que assessores do atual presidente da Câmara ajudaram a elaborar e redigir o documento.

As propriedades digitais do arquivo com o texto do requerimento que estava no site da Câmara, onde aparecia o nome do autor do documento: Eduardo Cunha. Esta notícia levou Cunha a demitir o diretor do Centro de Informática da Casa, Luiz Antonio Souza da Eira. Já ex-diretor, Eira prestou depoimento ao Ministério Público, que teria sido a gota d'água para pedir o mandato de busca e apreensão.

Essa é a notícia, e seria salutar que o Jornal Nacional, depois de narrar os fatos, objetivamente ouvisse a versão de Cunha. Mas o jornal inverteu as bolas. Colocou como protagonista da notícia não o fato, mas a defesa de Cunha, a começar pelo título "Presidente da Câmara classifica busca de documentos desnecessária". O texto sucinto, bastante ameno, foi apenas lido batido pelo apresentador William Bonner, sem infográficos explicativos que contextualizem os fatos, sem imagens da operação de busca, sem declarações de viva voz de Cunha, nem de nenhum membro do Ministério Público. Completamente diferente de como são noticiadas outras ações da Operação Lava Jato quando os alvos foram pessoas ligadas ao PT.

Na prática, o jornal minimizou a notícia e praticamente fez o texto que a assessoria de imprensa do deputado faria. Um vexame jornalístico.

A diferença de tratamento no noticiário para fatos idênticos – e que teriam maior dimensão pelo cargo que Cunha ocupa –, conforme o alinhamento político com os interesses da emissora, demonstra a clara parcialidade do jornalismo. Persegue os "desafetos" que pensam e agem diferente dos interesses da emissora, enquanto protege os "amigos", alinhados com os interesses empresariais, econômicos e de poder.

Cunha tornou-se "amigo" da mídia oligárquica ao declarar-se contrário a qualquer marco regulatório para democratizar as comunicações. Tem colocado em votação a pauta conservadora e reacionária pedida em editoriais do jornal O Globo, como o Projeto de Lei 4.330, da terceirização ilimitada, que precariza os direitos do trabalhador. E promoveu uma sessão solene na Câmara para bajular os 50 anos de fundação da TV Globo, apesar de a emissora ter apoiado a ditadura, que chegou a fechar o Congresso por mais de uma vez. Além disso, volta e meia, tem espezinhado o governo Dilma com uma pauta oposicionista bem ao agrado do jornalismo que a Globo vem praticando.

Não é a primeira vez que o JN protege Cunha de desgastes políticos, minimizando uma notícia desfavorável a ponto de praticamente retratá-lo como vítima acima de qualquer suspeita. Na noite do último dia 28, quando a Folha de S.Paulo publicou o documento citado acima, o telejornal deu vexame semelhante em uma matéria com o título "Cunha nega autoria de requerimento sob suspeita na Operação Lava Jato".

Em entrevista ao programa Fantástico no ano de 2011, a então entrevistadora Patrícia Poeta perguntou à presidenta Dilma Rousseff sobre "toma-lá-dá-cá" nas relações com parlamentares. Talvez encontrasse respostas nas atuais relações fraternas de Eduardo Cunha com a emissora em que trabalhou.

09/05/2015 - Rede Brasil Atual

Semana do Trabalho, Emprego e Renda tem 8 mil vagas em São Paulo

Trabalhadores poderão se candidatar a vagas das 16 empresas que participarão do evento

A 1ª Semana do Trabalho, Emprego e Renda será realizada na cidade de São Paulo entre segunda-feira e sexta-feira (11 a 15) pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE) com 8 mil oportunidades de vagas ofertadas por 16 empresas participantes e pelo cadastro do Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (Cate).

A feira integra o calendário de comemorações do Dia do Trabalho (1º) e também conta com uma parceria com o INSS, que auxiliará o público com palestras sobre a previdência e dúvidas trabalhistas. As empresas participantes são das áreas de call center, fast food, construção civil, vigilância e limpeza.

"A secretaria está voltada à Semana de Trabalho, Emprego e Renda com o objetivo de oferecer oportunidades para que o trabalhador saia de lá empregado. Os que desejam empreender também terão o nosso apoio para se formalizar como Microempreendedor Individual (MEI) e ter acesso ao microcrédito com orientação técnica da Agência São Paulo de Desenvolvimento (ADE Sampa). A capital paulista é a maior cidade da América Latina e é importante que seja aqui o protagonismo da geração de renda e trabalho para a população", afirma o secretário municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, Artur Henrique, em nota da prefeitura de São Paulo.

O evento será realizado no Vale do Anhangabaú, centro, das 8h às 17h. Para participar da seleção, o candidato deve levar o RG, CPF, carteira de trabalho e o número do PIS.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

10/05/02015 - Carta Maior

A disciplina imposta à periferia: do FMI às agências de rating

Se o FMI se esforça para esconder os objetivos de suas rígidas regras pela retórica do bem-estar mundial as agências de rating não têm qualquer pudor.

Com o iminente fim da Segunda Guerra Mundial, representantes dos países aliados reuniram-se, em 1944, na cidade de Bretton Woods, para a histórica conferência que tentaria dar certa ordem ao inordenável sistema capitalista, atribulado pela guerra e "ameaçado" pela alternativa socialista. Nesse encontro, foram criadas algumas instituições multilaterais que teriam extrema importância para os acontecimentos vindouros na maioria dos países do globo. Em realidade, por trás da pretensa multilateralidade, essas instituições foram concebidas como verdadeiros "agentes disciplinadores" do capitalismo mundial. Dentre essas instituições, surgiu o Fundo Monetário Internacional (FMI), responsável por garantir essa disciplina nos âmbitos monetário e financeiro.

Como nos mais previsíveis enredos, a história dos países periféricos conta com a recorrente aparição em cena desse personagem que desempenha o paternal papel de salvar, mas, ao mesmo tempo – e com a autoridade de um salvador –, disciplinar. Resumindo em poucos atos, a sequência de acontecimentos ocorre da seguinte forma: i) uma fase de bonança da economia internacional resulta em massivos fluxos de capitais para os países periféricos; ii) por motivos que podem variar – e que são muitas vezes alheios aos países periféricos – ocorre uma reversão no ciclo de liquidez internacional, determinando uma "parada súbita" desses fluxos de capitais para a periferia; iii) com desequilíbrio em seu balanços de pagamentos, a crise se esboça e esses países recorrem aos empréstimos do FMI. Mudando o nome do país e o ano de ocorrência da crise – às vezes nem isso – é possível contar essa mesma história para muitos desses países. E a mais nova – e trágica – ironia é que agora essa história também se aplica até mesmo dentro da Europa, na sua própria periferia.

Mas o ponto central é que essa "ajuda" do FMI não é gratuita e nem sequer barata. Não estou com isso me referindo apenas aos juros e ao decorrente custo da dívida, mas sim aos ajustes impostos pelo Fundo. Com a autoridade de quem salva do calote e da crise, o FMI, em contrapartida, exige que o país ajudado siga uma determinada cartilha.

Assim, a "boa ciência econômica", aquela formulada nas universidades de maior prestígio dos países centrais, é imposta aos povos "bárbaros" e perdulários. Não bastassem os canais menos diretos de imposição dessa doutrina – por exemplo, pelo financiamento de pesquisa –, por intermédio do FMI a imposição é taxativa e a desobediência significa o impedimento do acesso aos recursos, pois o empréstimo é escalonado e condicional. E embora as regras sejam diversas, o mandamento central dessa doutrina é um: a austeridade fiscal.

Leia mais em:
http://www.vermelho.org.br/noticia/263559-2

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

08/05/2015 - Carta Maior

Em defesa do emprego e da renda

Na atual conjuntura, a única alternativa que se apresenta aos trabalhadores é mobilizar-se na defesa do emprego, salários e das políticas sociais.

Apesar do discurso proferido especialmente durante a campanha do segundo turno, a prioridade do governo Dilma tem sido promover um significativo ajuste fiscal de modo a garantir um superávit primário de acordo com o planejado por seu Ministro da Fazenda. Como já foi alertado por vários economistas, esse ajuste pode agravar o desempenho da economia brasileira, provocando uma recessão. Isto porque, se já era difícil para a economia crescer em um quadro desfavorável internacionalmente, o ajuste fiscal e o impacto da crise hídrica e da energia deve deprimir ainda mais a economia, ameaçando o emprego e a renda dos trabalhadores.

Desde o início de 2014, dizíamos que a estratégia de expansão do mercado interno – via políticas de transferência de renda, concessão de crédito para os setores de mais baixa renda, valorização do salário mínimo, entre outras políticas – estava apresentando um esgotamento relativo. Ao mesmo tempo em que isso ocorria, a manutenção da valorização do real não só não favorecia o setor exportador como destruía parte importante da indústria brasileira. Nessas circunstâncias, a única maneira de manter ou ampliar o nível atividade seria via o investimento. E bem que o governo Dilma, em seu primeiro mandato, tentou, a seu modo, incentivar as exportações e o investimento privado, mediante uma fantástica desoneração da carga tributária. Somente em relação à Previdência, foram 56 setores da economia que deixaram de contribuir sobre a massa salarial, passando a pagar um imposto sobre o faturamento, de valor menor. Apesar disso, não houve mudança no nível do investimento privado e as exportações não se ampliaram. Ao contrário, o fim do ciclo expansivo das commodities, somado ao câmbio valorizado, levou a realização de déficit na balança comercial – o primeiro desde o ano de 2000.

Em uma situação internacional adversa, com queda acentuada dos preços das commodities agrícolas e da demanda externa de bens industrializados (em particular de automóveis), e considerando o baixo nível de investimento privado no país e o esgotamento relativo da ampliação do mercado interno via políticas de transferência de renda e de crédito para os setores de mais baixa renda, a única alternativa possível para manter o nível de atividade reside no gasto governamental. Esse gasto seria tanto maior quanto mais a compensação em relação aos outros componentes da demanda fosse necessária. Não foi, no entanto, essa a opção assumida pelo governo Dilma no início de seu segundo mandato.

O governo claramente tem demonstrado que é totalmente refém do chamado mercado ou capital financeiro. Nos anos anteriores, quando havia "folga" para a realização de políticas de redistribuição de renda e quando ocorria o ciclo expansivo das commodities, a submissão aos ditames do mercado parecia abrandada, mas expressava-se pela subida da taxa de juros, embora justificada pela "necessidade" de fazer frente ao ímpeto inflacionário. Nesses mesmos anos, o superávit primário passou a ser reduzido, mas a proporção da dívida em relação ao PIB aumentou, principalmente em função do efeito dos aumentos da taxa de juros.

No atual momento, quando se esgotaram as possibilidades de ampliação do consumo de baixa renda e quando o cenário internacional deprime a balança comercial brasileira, aquilo que poderia ser entendido por alguns como uma mera concessão ao capital financeiro assume o status de definidor da política econômica. A prioridade é garantir a "estabilidade" para que os credores continuem a ganhar tal ou mais do que antes.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Em diversas oportunidades, membros da equipe econômica do governo afirmaram que as medidas tomadas visam recuperar a confiança dos investidores, pois sem ela o investimento não iria aumentar e, portanto, a economia não iria crescer. É claro que "confiança" nas regras do jogo é importante, mas não suficiente. Em primeiro lugar, é preciso lembrar que o Brasil não é uma economia fechada, sendo suscetível ao que acontece no resto do mundo. E isso se manifesta não só em nossas exportações, como no fluxo de capitais que adentram (e saem) do país na forma de investimento direto estrangeiro (IDE), investimento em carteira e derivativos. Mas nem todo o IDE é, de fato, investimento, pois parte é constituída de empréstimos intercompanhia e destinada à compra de empresas e de ações (de 10% ou mais do total das ações de uma empresa). E esses capitais, bem como os aplicados em carteira e derivativos, são voláteis, de forma que uma alteração nas condições de rentabilidade no plano internacional altera a direção do fluxo, provocando sua saída, em menor ou maior proporção. Daí o aumento da fragilidade da economia brasileira frente ao movimento do capital fictício internacional. Em segundo lugar, mas ainda mais importante, é que uma parte dos lucros das empresas não é reinvestida e sim direcionada ao mercado, na compra de títulos, ações e derivativos. Isso é uma característica do capitalismo contemporâneo financeirizado e é uma realidade presente em todos os países. Frente a esse traço do capitalismo contemporâneo, de quem, na verdade, está o governo tentando recuperar a confiança?

Para esses capitais, pouco importa se isso pode levar a uma recessão. E o que pode ser pior, do ponto de vista do emprego e da renda, do que subir a taxa de juros e, ao mesmo tempo, realizar um ajuste fiscal que envolve, inclusive, piora na condição de acesso a benefícios sociais?

Para os movimentos sociais, sindicatos e associações, que foram chamados a apoiar Dilma no segundo turno, a única alternativa que se lhes apresenta é mobilizar-se na defesa do emprego, salários e das políticas sociais. Tal como em outros países, que estão vivendo as consequências de políticas de austeridade impostas pelo capital financeiro ou que sofrem o impacto da crise de uma forma mais aberta, não há outro caminho a ser feito. A reação às políticas do segundo mandato do governo Lula já se fazem sentir, mas é preciso se unificar as lutas para fazer frente às consequências maiores do quadro que se vislumbra para este e o próximo ano.

08/05/2015 - Adital

Ataque dos setores conservadores à Petrobras atinge todos os brasileiros

A tentativa de desestruturar a Petrobras, por parte dos setores conservadores da política brasileira e parte do empresariado, afeta, em primeiro lugar, a classe trabalhadora. Com o momento de instabilidade da maior empresa estatal do Brasil, a ampliação da contratação direta de funcionários capacitados para a estatal foi paralisada e isso atinge, diretamente, a liderança da companhia em várias áreas. Para discutir essa questão, a Adital entrevistou Joaquim Pinheiro, membro da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que está unido às organizações sociais e sindicais em defesa da empresa, considerada o grande patrimônio do Brasil.

Pinheiro explica que esse refreamento dos investimentos deve recair sobre a cadeia produtiva de vários setores do país, com especial destaque para a influência no chamado efeito renda, a taxa que mede a variação de consumo que ocorre quando há uma mudança de preço no mercado. Em outras palavras: mexe no poder de compra de todos os trabalhadores, não apenas daqueles vinculados, diretamente, à atividade petroleira. Quando o preço de um bem essencial cresce, o consumidor perde poder aquisitivo e a demanda pelo produto diminui. Isso afeta a economia brasileira em grandes proporções.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

A atual crise da petroleira é mais um entre os muitos episódios da história recente do país, que representaria uma investida das forças conservadoras para tomar de assalto um patrimônio que distribui riquezas em todos os setores da população. Segundo Pinheiro, podemos enxergar nesse embate um claro e direto enfrentamento de classes. Num governo cada vez mais refém da política neoliberal, realizando seguidas concessões e retrocedendo nas conquistas populares e trabalhistas, o caminho não é outro senão a construção de um movimento de massas, que dispute um projeto de país, contrário à onda conservadora e em favor dos direitos duramente conquistados pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores.

No meio dessa grande contraofensiva implementada por muitas e variadas iniciativas, difundindo informações sobre o valor da empresa pública e suplantando a tentativa de dominação da estatal ao capital estrangeiro, a Petrobras tem, sim, um caminho para se fortalecer. Pinheiro aponta que um saldo positivo de toda essa crise poderia ser construído da seguinte maneira: se o governo utilizar recursos do tesouro para adquirir as ações desvalorizadas da petroleira e se tornar 100% estatal; se impedir a precarização do trabalhador por meio da contratação direta de terceirizados; e se elevar a blindagem da empresa contra os ataques que querem usurpar o patrimônio brasileiro. Leia a entrevista completa.

ADITAL - De que maneira a crise institucional da Petrobras afeta a classe trabalhadora?

Joaquim Pinheiro -De duas maneiras: diretamente, pois com a operação do Pré-Sal criou-se uma necessidade de contratação direta de mais 20 mil novos postos de trabalho, em várias áreas de atuação. Somando-se aos mais de 86 mil existentes, a Petrobras ampliaria, consideravelmente, seu quadro de funcionários altamente capacitados. Todos esses planejamentos estão paralisados e isso afeta, diretamente, a liderança da companhia em vários setores.

ADITAL - Esses efeitos atingem apenas os funcionários da Petrobras ou, indiretamente, se expandem para outros profissionais e outros setores? Como?

JP - Indiretamente, essa paralisação afeta os investimentos nas indústrias e, certamente, recai sobre a cadeia produtiva e sobre o chamado efeito renda, quando a renda dos trabalhadores se transforma em consumo, ativando outros setores. Estão em risco mais de 1,5 milhão de empregos.

ADITAL - Que papel a cobertura da mídia comercial tem desempenhado nesse contexto?

JP - É importante afirmar que nós, do MST, assim como a imensa maioria dos trabalhadores da Petrobras e o povo brasileiro, queremos que os corruptos e corruptores sejam punidos e que os mecanismos de combate à corrupção sejam aprimorados. Agora, não é dessa forma que se comportam as grandes empresas de comunicação. A grande mídia está, claramente, manipulando, pois seus interesses são os mesmos das grandes petroleiras estrangeiras, que estão de olho nas riquezas do Pré-Sal. Para isso, estão numa cruzada para, aliados a políticos entreguistas, privatizarem a Petrobras e permitirem que as multinacionais fiquem com todo o petróleo. Isso seria uma catástrofe para o desenvolvimento nacional.

Leia mais em:
http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=84959